



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

CONCEPÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETO: A AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES E DE PESQUISAS EM MONUMENTO UNIVERSITÁRIO TOMBADO (O MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS - PRCEU-USP)

VERA LÚCIA AMARAL FERLINI

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

veferlin@usp.br

RODRIGO CHRISTOFOLETTI

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

r.christofoletti@uol.com.br

ANDRÉ MULLER DE MELLO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

bioandre2002@yahoo.com.br

ANNA MARIA COELHO SILVA DE CAMPOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

amcampos@usp.br

TATHIANNI CRISTINI DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

tathianni@gmail.com

BEATRIZ PACHECO JORDÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

bpjordao@ib.usp.br

RESUMO

Este artigo aponta as estratégias adotadas para aumentar o potencial de visitantes e retomar as pesquisas históricas e arqueológicas no Monumento Nacional *Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (USP), na Baixada Santista, uma das mais antigas evidências físicas da presença portuguesa no Brasil, mantendo-o aberto ao público de domingo a domingo e preservando seu sítio arqueológico. Inicialmente é apresentada breve descrição do Monumento, desde sua instalação na Capitania de São Vicente até o momento em que suas Ruínas foram transferidas para a Universidade de São Paulo. Em seguida, relata as atividades em desenvolvimento no Monumento, que justificaram a busca por solução capaz de viabilizar a retomada das pesquisas arqueológicas, interrompidas desde 2004. Por último, apresenta a solução encontrada pela atual diretoria do Monumento Nacional *Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*, em conjunto com a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, descrevendo o estágio atual do projeto e prospectando próximos passos.

Palavras-chave: Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, patrimônio cultural, extensão, pesquisa arqueológica e gerenciamento de projetos

INTRODUÇÃO

Este artigo descreve a estratégia adotada para aumentar o potencial de visitantes e retomar as pesquisas históricas e arqueológicas no Monumento Nacional *Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*, mantendo-o aberto ao público de domingo a domingo e preservando seu sítio arqueológico. Além disso, são apontados possíveis impactos socioambientais e as formas para acompanhar e controlar o projeto para sua eficaz e eficiente execução.

O MONUMENTO NACIONAL

O Monumento Nacional *Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*, situado na divisa entre os municípios de Santos e São Vicente, constitui-se em um dos onze órgãos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo. Remanescente de um antigo engenho de cana de açúcar, o *Engenho do Senhor Governador* foi erguido por iniciativa de Martim Afonso de Sousa, primeiro donatário da Capitania de São Vicente, quando de sua estada no Brasil em 1532. Seu proprietário transformou-o em sociedade mercantil, a partir de uma parceria com Johan Van Hielst, construtor de engenhos, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves, piloto-mor da esquadra portuguesa. Com isso, o engenho passou a ser denominado *Engenho dos Armadores*, tendo em vista dois dos novos proprietários serem conhecidos como Armadores do Trato. Por volta de 1540, foi adquirido pelo banqueiro belga Erasmos Schetz. (FERLINI, 1984, 1988, 2010; SCHWARTZ, 1988).

Constitui, sem dúvida, dos primeiros engenhos a serem erguidos na costa brasileira (MEIRA, s.d.). Situado junto ao maciço Santa Terezinha – Monte Serrat –, no sopé do morro da Nova Cintra, em local privilegiado para a defesa, tendo característica de fortaleza, por conta de constantes ataques ocorridos na região, inclusive de corsários.

A partir do último quartel do século XVII interesses comerciais alavancaram a produção da região nordeste e os engenhos das capitanias do sul deixaram de ser atrativos. Por volta de 1620, o Engenho, já conhecido como São Jorge dos Erasmos, foi vendido, ficando esquecido por cerca de três séculos.

Em 1958, foi doado por Otávio Ribeiro de Araújo à USP¹.

O BEM CULTURAL

A partir do ano 2000, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária criou condições para transformar o Monumento em Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária² com programas educacionais/preservacionistas para múltiplos públicos (CHRISTOFOLETTI, 2010), incluindo visitas monitoradas gratuitas e eventos educativo-culturais voltados a todas as idades.

Tombado como Monumento Nacional pelo Instituto de Preservação Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) em 26.06.1963 e, posteriormente, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 11.12.1974 e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio de Santos (CONDEPASA) em 21.05.1990, ainda guarda certa autenticidade preservada em suas edificações, enquadrando-se como museu a céu aberto, recebendo por volta de oito mil visitantes/ano.

SP

Figura 1 – Vista aérea – Monumento Nacional Ruínas São Jorge dos Erasmos (RESJE) - Santos-



Fonte: Arquivo RESJE

A proposta educacional do Monumento está alicerçada em uma plataforma de programas e projetos denominada *Plataforma Sophia*, de âmbito interdisciplinar (MELLO e CHRISTOFOLETTI, 2012), e da qual se destacam os seguintes programas:

I - Projeto VouVolto - destinado ao público escolar do ensino básico e fundamental, consiste em visitas, com roteiros sócio-histórico e ambiental. Em uma primeira etapa, o corpo docente da escola planeja a visita ou estudo do meio. Na etapa seguinte, os professores voltam com os alunos, que são convidados a visitar o local com pais e/ou amigos;

II - Portas Abertas - oferece atividades especiais gratuitas aos finais de semana e já ganhou destaque nas mídias e na programação dos moradores da região. Destinada ao público de todas as idades, a programação inclui cursos de difusão cultural, exposições, saraus, palestras, encontros, oficinas, dentre outros. As atividades vêm recebendo público crescente ao longo nos últimos anos e contribuem com as demais ações de salvaguarda e preservação do Bem Cultural, permitindo que o local seja visitado, conhecido e discutido;

III - Biodiversidade: a escola e seu entorno - oferece oficinas didáticas para alunos do Ensino Fundamental e Médio. Educadores do sítio arqueológico e professores trabalham em conjunto para desenvolver atividades concatenadas com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, objetivando sensibilização para o meio ambiente e intervenção na realidade, através do plantio de espécies nativas da região;

IV - Engrenagens e Eleja, o primeiro para o público de escolas técnicas, lida com temas ligados à história da tecnologia, e o segundo para o de Ensino de Jovens e Adultos.

V - Conheça Santos: Zona Noroeste - em parceria com a Secretaria de Turismo de Santos, o ENGENHO é um dos pontos de parada da linha turística;

VI - Se Essa Rua Fosse Minha – adequação da rua Alan Cíber Pinto.

A NECESSIDADE

O Conselho Deliberativo do Monumento Nacional e sua equipe de educadores vêm, nos últimos anos, discutindo novas demandas e a necessidade de proteção do espaço (USP, 2014).

As atividades continuadas da *Plataforma Sophia* apontaram a necessidade de retomada das pesquisas arqueológicas realizadas e que resultaram na descoberta de peças/objetos catalogados, muitos deles utilizados na produção de açúcar (ANDREATA,

1996-97; MORAIS, 2003), e de um cemitério com cerca de trinta ossadas humanas (MORAIS, 2003).

Diante desse quadro, objetivando a conservação consciente do terreno e a diminuição dos impactos causados pelo pisoteamento das áreas de potencial arqueológico. A necessidade de aumentar o número de visitas do bem e criar condições de acessibilidade, buscou soluções logísticas e arquitetônicas.

UMA SOLUÇÃO VIÁVEL

Frente a esse desafio, a solução encontrada foi a construção de um sistema de passarelas no entorno do sítio arqueológico, possibilitando, ao mesmo tempo, ampliação do número de visitas, melhor visualização das ruínas e retomada das pesquisas arqueológicas.

O projeto foi apresentado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na linha de fomento voltada à preservação e revitalização de patrimônio cultural brasileiro.

Na etapa de planejamento do projeto submetido ao BNDES em dezembro de 2012, a diretoria e a equipe educativa do Monumento realizaram várias reuniões para levantamento de dados e estabelecimento de seu escopo, assim definido: construção de plataformas de acesso para pesquisas arqueológicas, passarelas para visita e torre-mirante junto ao sítio arqueológico e à Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária.

Nessas reuniões, também foram estabelecidas como premissas para a elaboração do projeto de arquitetura a conservação da reserva florestal de toda a encosta; a intervenção mínima no sítio arqueológico, preservando a situação de implantação do engenho na paisagem, e o estabelecimento de relação entre o entorno, o sítio arqueológico e um futuro parque.

O PROJETO BNDES

O projeto submetido ao BNDES abrange plataformas de acesso que garantirão melhor preservação do sítio arqueológico e a ampliação do programa de visitas, sem danificá-lo, e possibilitando acessibilidade plena aos visitantes com qualquer dificuldade de locomoção. Também evitará o pisoteamento incessante do solo pelos visitantes, causando menor impacto nas Ruínas, bem como no sítio.

Figura 2 – Vista aérea - Projeto BNDES



Fonte: Arquivo Projeto Executivo

Já o sistema de passarelas comportará não só a visualização de pontos estratégicos do sítio arqueológico como direcionará os visitantes à Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária, onde se encontra o anfiteatro e o núcleo administrativo do Monumento. O sistema de passarelas está dividido em quatro trechos. O trecho 1 (A) é o eixo principal do sistema e faz a conexão entre o estacionamento, a Torre-mirante e o acesso às demais áreas. Encontra-se elevado do terreno e permite uma visualização da lateral do sítio com bastante proximidade. O trecho 2 (B) consente uma visualização frontal das Ruínas. Conta em uma das extremidades com um grande banco de descanso, permitindo aos visitantes uma pausa para admirar o sítio e a paisagem. O trecho 3 (C), não só encaminhará os visitantes à Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária para participação nos programas educativo-culturais da Plataforma Sophia, como possibilitará a visualização lateral de todo o Engenho. Em vários trechos as passarelas são belvederes contínuos. Para os visitantes especializados e pesquisadores foi prevista a instalação de duas escadas metálicas fixas em pontos estratégicos, permitindo o acesso ao nível mais elevado do sítio (12 m aproximadamente). Também fazem parte desse conjunto pisos modulares (1 m de largura x 2 m de comprimento) em grade metálica apoiada em bases móveis de concreto. Esse sistema permitirá vários arranjos das posições das passarelas para auxiliar nas visitas específicas sem entrar em conflito com o plano de escavação arqueológico.

A Torre de Observação, por sua vez, projetada junto ao estacionamento, abrigará vários programas e equipamentos complementares à Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária, como portaria (controle/acesso), sanitários públicos e adaptados, vestiários para funcionários, elevador, área de exposição complementar, mirante e acesso ao sistema de passarelas para visita ao Engenho. Num total de 546 m² e dividida em 4 pavimentos, será o ponto de partida tanto para o acesso do sistema de passarelas quanto para o mirante.

Impactos socioambientais

O Projeto “*Adaptação e Valorização Patrimonial*”, além das obras acima mencionadas e que serão custeadas pelos recursos advindos do BNDES, prevê a implantação de novo acesso ao Monumento Nacional, com estacionamento para ônibus, através de obras de urbanização e pavimentação da Avenida Francisco Ferreira Canto³. Esta obra integra um conjunto de intervenções de larga escala da Prefeitura Municipal de Santos (PMS) junto ao Projeto *Santos Novos Tempos* e que será realizado com recursos do Banco Mundial.

Interdependentes quanto a cronogramas de ação e compartilhando – em alguns casos, licenças ambientais conjuntas⁴, visto interferirem em locais contíguos –, houve, sempre que possível, cooperação interinstitucional (PMS e PRCEU-USP).

Este artigo, no entanto, menciona apenas aspectos socioambientais das obras de construção da torre, plataforma e passarelas de visitação, por focar exclusivamente as atividades sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo.

Conhecer os aspectos e impactos ambientais significativos foi prerrogativa para submissão do projeto ao Comitê Técnico do BNDES e obtenção das autorizações pelos órgãos federais, estaduais e municipais de preservação do patrimônio, tanto histórico-arquitetônico (IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPASA) quanto natural (CETESB e SEMAM Santos).

Segundo Moura (2014), devemos considerar aspectos ambientais como “elementos das atividades, produtos ou serviços de uma organização que podem interagir com o meio ambiente” e impactos ambientais como quaisquer modificações ambientais, sejam negativas ou benéficas resultantes dos aspectos ambientais de um empreendimento ou organização. Em outras palavras, os impactos ambientais, muitas vezes também chamados de efeitos ambientais, são alterações resultantes da interação dos aspectos ambientais do empreendimento com o ambiente.

A construção da torre, das plataformas e passarelas tem como aspecto ambiental adverso mais significativo a remoção de cobertura vegetal caracterizada como Floresta Ombrófila Densa em estágio secundário, composta essencialmente de espécies exóticas e espécies nativas não ameaçadas⁵. Para tal intervenção, a Universidade de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Santos propõe ações compensatórias de replantio de mudas de espécies nativas para reflorestamento e recuperação de áreas de relevante interesse no próprio município, de acordo com orientações da Secretaria de Meio Ambiente de Santos e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

A tabela a seguir consolida aspectos ambientais significativos referentes à intervenção para as obras da torre e das passarelas.

Tabela 1 – Aspectos Ambientais – Etapas do Empreendimento

Aspectos Ambientais	Etapas do Empreendimento		
	Planejamento	Construção	Operação
Remoção de cobertura vegetal			
Poluição atmosférica			
Aumento do nível de ruídos			
Liberção de efluentes líquidos			
Geração de resíduos sólidos			
Consumo de recursos naturais (água, combustíveis e energia elétrica)			

Fonte: Autores

Uma vez conhecidos os aspectos ambientais mais importantes do empreendimento, cabe às instituições envolvidas, propor e executar programas que possibilitem a solução ou mitigação dos impactos ambientais associados, ou seja, a redução das suas consequências:

Tabela 2 – Aspectos Ambientais – Compensação/Mitigação

Aspectos Ambientais	Compensação/Mitigação
Remoção de cobertura vegetal	Compensação – plantio de mudas nativas
Poluição atmosférica	Controle de emissões das máquinas no canteiro de obras, fiscalização

Aumento do nível de ruído	Verificação de níveis aceitáveis para operários e pessoas no entorno. Fiscalizar uso de EPIs, controle de ruídos nas fontes.
Liberação de efluentes líquidos	Programas para redução da geração de efluentes, atenção aos requisitos legais de padrões limites de dejetos, estabelecimento de valor limite aceitável para as normas da empresa que operar o canteiro de obras.
Geração de resíduos sólidos	Programas de redução da geração de resíduos, descarte adequado, programas de conscientização para os trabalhadores contratados para as obras.
Consumo de recursos naturais (água, combustíveis e energia elétrica)	Redução do desperdício, controle de consumo, programas de educação socioambiental, fiscalização.

Fonte: Autores

Os impactos positivos do projeto superam os aspectos ambientais negativos e são cruciais para garantir a preservação do Monumento Nacional contendo sítio arqueológico, conforme atestam as autorizações concedidas pelos órgãos de preservação e conservação do patrimônio, nas três esferas. Tais benefícios estão associados à avaliação das limitações impostas pelo sítio arqueológico no que tange à administração do fluxo de pessoas e à clara demanda de adequação do espaço para atender aos dispositivos legais que tratam de acessibilidade a bens culturais, diante dos dispositivos legais (NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e Declaração de Salamanca, 1994).

Atualmente as ruínas não estão acessíveis ao público com necessidades especiais, havendo grande dificuldade para visitas monitoradas a interessados que apresentem condições variadas de mobilidade e de percepção do ambiente (com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento). A instalação de passarelas caracteriza solução desejável, pois proporcionaria às pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do sítio e seus elementos paisagísticos.

O incremento da capacidade de carga antrópica do sítio e substancial ampliação dos recursos de manejo do bem cultural podem ser calculados com base no crescente número de visitantes do Órgão ao longo dos últimos 7 anos, decorrente da ampliação dos projetos educativo-culturais que integram o Programa de Uso Público do sítio. As medidas apontadas no projeto (restauro e conservação, abertura de nova entrada, construção de passarelas de visitação e plataformas de acesso para pesquisadores) possibilitarão visitas anuais da ordem de 20.000 pessoas (pouco mais de 50 visitantes por dia).

BNDES – Aprovação em duas fases

A primeira, preliminar, dizia respeito a detalhes da construção e à exigência da obtenção de licenças junto ao IPHAN, CONDESA, CONDEPHAT e à Secretaria do Meio Ambiente do Município de Santos. Essa etapa exigiu uma ação conjunta de todos os membros da diminuta equipe da Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária – a diretoria, um administrador e dois educadores – com vista à obtenção das três primeiras licenças, e uma parceria com a Prefeitura Municipal de Santos para a obtenção das licenças ambientais junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Esta última demanda foi facilitada por estar em curso na Prefeitura Municipal de Santos o Projeto *Santos Novos Tempos*, acima

citado e que pretende uma série de benfeitorias para a região noroeste da cidade, onde está localizado o Monumento Nacional.

Apresentadas as licenças ao BNDES, este solicitou que fosse acrescentado ao projeto original um subprojeto destinado à valorização do Bem Cultural, o que culminou na contraproposta de dois subprojetos distintos e complementares ao mesmo tempo. O primeiro, um espetáculo de luz e som, para maior visibilidade do Monumento e reforço de sua identidade. O segundo, uma pesquisa das áreas de interesse histórico, arqueológico e cultural da Baixada Santista, para subsidiar a elaboração de novos roteiros e materiais educativos. As novas propostas foram aprovadas pelo BNDES, incorporadas ao escopo inicial do projeto e passaram a ser planejadas como novos entregáveis.

O primeiro entregável – a obra – está sendo gerenciada com a interveniência da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP) e está prevista para ser concluída e entregue no primeiro trimestre de 2017.

Já as projeções audiovisuais mapeadas nas Ruínas, em sincronia com trilhas musicais e paisagens sonoras especialmente compostas, ou vídeo *mapping*, que objetivam provocar o imaginário sobre as ruínas através do uso artístico do patrimônio histórico, foram elaboradas a partir do mapeamento visual de todos os planos possíveis de interesse à projeção, isto é, a partir do levantamento preciso de todos os componentes da superfície do edifício (suas estruturas e alvenarias aparentes, visíveis, em pedra e em cal) têm o primeiro subprojeto (apresentação) previsto para o final de 2015 (outubro). Ao todo serão três espetáculos/ano de luz e som com roteiros diferentes.

Já a pesquisa, por sua vez, encontra-se em fase de conclusão.

BNDES - Gerenciamento do Projeto

Projeto “é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado únicos” (PMI, 2015). Em outras palavras, é um processo único, que consiste, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em conjunto de atividades coordenadas e controladas, que apresentam data para início e término e permitem alcançar determinado objetivo de acordo com requisitos específicos, que incluem limitações de tempo, custo e recursos, como apontado na norma NBR/ISO 10006 (SOTILLE, 2014).

Este Projeto conta com a interveniência da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, como apontado acima, o que é um facilitador quando se fala em gerenciamento de projeto.

A Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo é uma entidade sem fins lucrativos, “criada com o principal objetivo de flexibilizar, agilizar e contribuir para a eficiência das atividades da Universidade de São Paulo (...) propiciando uma facilidade mais ampla na execução de projetos de interesse da USP” (FUSP, 2015). A FUSP apresenta um sistema que orienta o coordenador sobre o *modus operandi* ideal e correto nos termos da lei para cada alienação financeira do projeto. Além disso, emite demonstrativos financeiros e relatórios contábeis *on line*.

O gerenciamento de um projeto, porém, vai além do controle rigoroso de seus gastos.

Faz-se necessário, por exemplo, gerenciar o tempo do projeto, pois este define e sequencia as atividades a serem desenvolvidas e estima os recursos (materiais e humanos) e o tempo da execução dessas atividades.

Outro ponto importante são os recursos humanos. O projeto conta com quatro estagiários pagos pela verba BNDES, com toda a equipe do Monumento e bolsistas do programa “Aprender com Cultura e Extensão”, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

Universitária da USP. Por se tratar de equipe numerosa, multidisciplinar e alocada em duas cidades diferentes – São Paulo e Santos – o bom gerenciamento das partes interessadas manterá a equipe motivada e engajada, além de contribuir para o bom êxito do projeto.

Como qualquer projeto, este também leva em conta que toda e qualquer pessoa que tenha relação com o projeto, mesmo sendo externa à equipe contribui positiva ou negativamente para seu sucesso. Para evitar que o projeto sofra solução de continuidade, sua coordenação estabeleceu funções para cada um dos membros e um plano de comunicação que auxilia o dia a dia do projeto.

Ao elaborar o projeto para submetê-lo ao BNDES, a coordenação anteviu riscos ambientais, acima mencionados. Após sua aprovação, em conjunto com o escritório de arquitetura responsável pela obra, continua identificando outros possíveis riscos, buscando soluções.

A FUSP gerencia os custos, mas não gerencia as aquisições. Cabe ao coordenador definir o que deve ser comprado. Para que as aquisições sejam fiéis ao que foi planejado e projetado, o plano de gerenciamento de aquisições complementa o gerenciamento da FUSP. Isso auxilia no cumprimento do cronograma do projeto, pois garante, por exemplo, que um serviço complexo, associado a mais de um fornecedor e, portanto, com mais de um entregável, seja concluído no cronograma estabelecido.

Por isso, não basta o acompanhamento oferecido pela FUSP. Como a USP acaba de lançar um Sistema de Gestão da Informação de Projetos (GiP), estuda-se a possibilidade de acompanhá-lo e controlá-lo com base nessas técnicas. Outra hipótese é adotar boas práticas de gerenciamento de projetos. Um dos modelos em estudo é o Guia PMBOK[®] – Project Management Body of Knowledge, desenvolvido pelo Project Management Institute (PMI[®]), que permite gerenciamento de tempo, custos, qualidade, comunicações, e dos não menos importantes, riscos e aquisições. Como aponta CAMPOS (2014), por não ser uma metodologia e sim um guia de práticas, pode ser customizado para o projeto já em curso.

CONCLUSÃO

O uso qualificado de Bens Culturais e a sua conseqüente preservação constituem-se em grandes desafios para governos e comunidades. Manter o Monumento Nacional como local público de visitação, com programas educativos que geram aprendizado e preservação, evitam o abandono e a perda de identidade da região e de parte da história do Brasil.

A obra, o espetáculo e o levantamento dos bens históricos e arqueológicos da Baixada Santista visam criar um Circuito Cultural que tenha como balizas o Porto e o Monumento, apontando a história, não só da ilha de São Vicente, como de toda a região, a partir dos focos de produção e geração de riquezas.

A somatória das iniciativas, culminadas no projeto, foi a fórmula encontrada pela direção do Monumento Nacional da Universidade de São Paulo para a retomada das pesquisas arqueológicas simultaneamente às atividades de extensão.

O projeto, aprovado pelo BNDES, favorecerá a integração das Ruínas a Parque e um Museu do Açúcar, em convênio com a Prefeitura de Santos. Idealizados para preservar a paisagem na qual o sítio arqueológico está instalado, permitirão a preservação da memória histórica reciclada em um parque de funções múltiplas como lazer e cultura, como anteriormente idealizado por Aziz Ab'Saber em fins do século passado (AB'SABER, 1999).

A utilização de bens culturais visando sua preservação, por meio da educação, implica que haja a incessante atualização das ações educativas do bem.

Essas medidas para monitorar e controlar a execução do projeto objetivam ampliar as condições para o RESJE estimular mais visitas, atividades culturais e pesquisas históricas e arqueológicas.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Informação constante de Processo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob nº 55.1.3591.1.4 e correspondentes aos anos 1955-1986.

² A Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária é uma edificação construída em terreno contíguo ao Monumento Nacional, cedido por comodato à Universidade de São Paulo por meio de Decreto municipal nº 4489/2005, renovado a cada cinco anos, e que permitiu o desenvolvimento da *Plataforma Sophia*, mencionada neste artigo.

³ Projeto apresentado à CETESB em 2007 pela Prefeitura Municipal de Santos, para obtenção do licenciamento ambiental. Processo SMA 74.113/20017, instruído junto ao antigo DEPRN, referente à urbanização, execução de baias de estacionamento e pavimentação da citada avenida, Bairro da Caneleira (Santos, SP).

⁴ Ofícios SEDES (PMS) nº 15/2012 e nº 110/2012, ambos encaminhados à CETESB, solicitando a unificação dos processos de licenciamento referentes aos pedidos de autorização de supressão de vegetação nativa/intervenção em APP (Área de Preservação Permanente).

⁵ Autorização CETESB nº 108802/2013, emitida em nome da PMS, mediante Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 108773/2013, no qual a PMS compromete-se perante a CETESB a executar o plantio de mudas nativas visando enriquecimento de 952,22 m² para compensação pelas intervenções ambientais decorrentes da implantação de mirante e passarelas suspensas na área da Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária da PRCEU-USP junto ao Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. Proposta de um parque no velho território dos Erasmos. **Revista USP**, São Paulo, n. 41, p.10-17, 1999.

ANDREATA, Margarida Divina. **Projeto de Pesquisa Interdisciplinar Engenho São Jorge dos Erasmos: 1996-97**. Relatório de Atividades, prospecção Arqueológica, FFLCH-Museu Paulista-USP, São Paulo, 1996-97.

CAMPOS, Anna Maria et ali. **Projeto de campanha de doação de sangue na Copa do Mundo da FIFA de 2014**. 2014, 190 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gerenciamento de Projetos - práticas em PMI), Senac São Paulo – Senac Consolação, São Paulo, 2014.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; MELLO, André M. Os projetos educativos das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: discussões preliminares sobre o patrimônio. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 116-139, maio/out 2010.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Açúcar e Civilização**. São Paulo: Alameda, 2010, 268 p.

_____. **Civilização do Açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. **Projeto de Adaptação & Valorização Patrimonial do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos**. Santos: RESJE-USP, 2014. Apoio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

_____. **Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O que é a FUSP**. Disponível em: <<http://www.fusp.org.br/oqueafusp.aspx>>. Acesso em: 11 set. 2015.

MEIRA, Francisco. **Santos Histórico e Tradicional**. s.d. Trabalho organizado sob a orientação do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal em cumprimento da lei nº 1.094, SANTOS, s.d.

MELLO, André Muller de; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: preservação e educação para a multiculturalidade. In GOBBI, Marcia Aparecida; NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. **Educação e diversidade cultural**: desafios para os estudos da infância e da formação docente. Araraquara-SP: Junqueira&Marin, 2012.

MORAIS, José Luiz de. **O Engenho São Jorge dos Erasmos na Perspectiva Arqueológica e Ambiental da Baixada Santista**. 2003. Relatório Final. MAE-USP. FAPESP, São Paulo, 2003.

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. Economia **Qualidade e Gestão Ambiental, Sustentabilidade e ISO 14.001**. 6. ed. Belo Horizonte: DelRey Editora, 2014.

PMI. **O que é Gerenciamento de Projetos**. Disponível em: <<https://brasil.pmi.org/brazil/AboutUs/WhatIsProjectManagement.aspx>>. Acesso em: 11 set. 2015.

SCHWARTZ, Stuart. B. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOTILLE, Mauro. **Gerenciamento de Projetos na Engenharia de Software**. 2015. Disponível em: <http://www.pmtch.com.br/artigos/Gerenciamento_Projetos_Software.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.